

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.097 - SP
(2019/0250473-5)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : BRASKEM S/A
— : QUATTOR PARTICIPAÇÕES S/A
OUTRO NOME : POLIETILENOS UNIÃO S/A
ADVOGADOS : JOAQUIM NOGUEIRA PORTO MORAES - SP163267
GABRIEL VINICIUS CARMONA GONÇALVES - SP399765

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional contra decisão que não conheceu do recurso da parte contrária (e-STJ, fls. 1.033-1.039).

A embargante suscita omissão quanto à verba honorária prevista no art. 85, §§ 1º e 11, do CPC/2015.

A parte embargada ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 1.049-1.053).

É o relatório.

Nos termos do Enunciado Administrativo n. 7/STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

O Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento de ser devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, apenas quando presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou não provido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios, desde a origem, no feito em que interposto o recurso.

No ponto:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. COINCIDÊNCIA ENTRE O ENTENDIMENTO ADOTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inadmissível a análise de matéria constitucional em recurso especial.
2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.
3. No caso dos autos, para modificar as conclusões do acórdão recorrido a respeito da possibilidade de citação por edital em virtude do esgotamento de

todas as tentativas de localizar os réus, seria necessário o reexame de matéria de fato.

4. Inviável o recurso especial quando o entendimento adotado pelo Tribunal de origem coincide com a jurisprudência do STJ (Súmula n. 83/STJ).

5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando simultaneamente se apresentarem os seguintes requisitos: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil, b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem, no feito em que interposto o recurso.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.069.843/ES, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 24/11/2017)

No caso dos autos, observa-se que os requisitos supracitados não estão presentes, pois não houve condenação em honorários em desfavor da parte embargada, vencedora da demanda originária.

Ademais, a eventual fixação de honorários recursais em recurso especial quando o objeto da própria insatisfação era a busca pela majoração da verba sucumbencial, resultaria em afronta ao princípio da *non reformatio in pejus*.

Corroborando com esse entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE PRELIBAÇÃO NEGATIVO. DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. CONTRARRAZÕES AO AGRAVO INTERNO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA VERBA SUCUMBENCIAL. IMPOSSIBILIDADE. HONORÁRIOS RECURSAIS. ARBITRAMENTO. PRECLUSÃO.

1. A teor do disposto nos arts. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, e 932, III, do CPC/2015, compete à parte agravante infirmar especificamente os fundamentos adotados pela Corte de origem para obstar o seguimento do recurso especial, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge contra todos eles.

2. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e objetiva, as razões que levaram à inadmissibilidade do apelo nobre.

3. Inviável a aplicação do art. 85, § 3º, I, e 4º, III, do CPC/2015 quando a publicação da sentença ocorre sob a égide do CPC/1973 e, principalmente, no caso, por se tratar de matéria nova não deduzida pela parte ora agravada em momento oportuno e por meio de recurso próprio.

4. Os honorários recursais, previstos no § 11 do referido dispositivo, igualmente não podem ser arbitrados em desfavor do ora agravante, em respeito ao princípio do *non reformatio in pejus* e do instituto da preclusão consumativa.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.041.880/DF, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/5/2018, DJe 2/8/2018)

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, não são devidos honorários sucumbenciais recursais.
Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator